

PANORAMA DA GOVERNANÇA NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE: UMA ANÁLISE À LUZ DO ÍNDICE CFA DE GOVERNANÇA MUNICIPAL (IGM-CFA)

PANORAMA OF GOVERNANCE IN MUNICIPALITIES OF THE NORTHERN REGION: AN ANALYSIS IN LIGHT OF THE CFA MUNICIPAL GOVERNANCE INDEX (IGM-CFA)

PANORAMA DE LA GOBERNANZA EN LOS MUNICIPIOS DE LA REGIÓN NORTE: UN ANÁLISIS A LA LUZ DEL ÍNDICE CFA DE GOBERNANZA MUNICIPAL (IGM-CFA)

Roberta Monique da Silva Santos¹

André Brasil Guimarães²

Dione dos Anjos Pantoja³

RESUMO: O presente estudo analisa a governança pública municipal nas capitais da região Norte do Brasil, com base no Índice CFA de Governança Municipal (IGM-CFA), considerando as dimensões Finanças, Gestão e Desempenho. A pesquisa possui abordagem qualitativa, de caráter descritivo e documental, fundamentada em dados secundários extraídos de bases oficiais disponibilizadas pelo IGM-CFA. O objetivo central consiste em compreender como se configura a governança municipal nessas capitais, identificando padrões, diferenças e fragilidades, bem como realizar a comparação dos resultados do IGM entre os municípios analisados. Os achados evidenciam disparidades significativas entre as capitais. Na dimensão Finanças, Boa Vista apresentou melhor equilíbrio fiscal, enquanto Macapá, Belém e Porto Velho demonstraram maior fragilidade. Em Gestão, Manaus destacou-se pela elevada capacidade administrativa, seguida por Palmas e Boa Vista, enquanto Belém e Macapá apresentaram limitações, especialmente no planejamento. Na dimensão Desempenho, Palmas obteve os melhores resultados, indicando maior efetividade na conversão de recursos em bem-estar social, ao passo que Macapá e Porto Velho registraram os piores índices. A análise comparativa dos resultados do IGM-CFA permitiu identificar padrões regionais e diferenças estruturais entre os municípios. Conclui-se que níveis mais elevados de governança estão associados ao equilíbrio entre as três dimensões analisadas. O IGM-CFA mostra-se relevante como ferramenta de diagnóstico e apoio à gestão pública.

Palavras-chave: Governança municipal. Gestão pública. IGM-CFA.

¹Administradora. Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (PPGCASA/UFAM); FAMETRO.

²Administrador. Especialista em Gestão Pública Tribunal de Justiça do Amazonas.

³Administrador. Mestre em Engenharia de Processos Industriais (ITEGAM/UFPA) FAMETRO.

ABSTRACT: This study analyzes public municipal governance in the capitals of Brazil's Northern region based on the CFA Municipal Governance Index (IGM-CFA), considering the dimensions of Finance, Management, and Performance. The research adopts a qualitative, descriptive, and documentary approach, based on secondary data extracted from official databases provided by the IGM-CFA. The main objective is to understand how municipal governance is structured in these capitals, identifying patterns, differences, and weaknesses, as well as comparing IGM results across the analyzed municipalities. The findings reveal significant disparities among the capitals. In the Finance dimension, Boa Vista showed greater fiscal balance, while Macapá, Belém, and Porto Velho demonstrated greater fragility. In Management, Manaus stood out for its strong administrative capacity, followed by Palmas and Boa Vista, whereas Belém and Macapá presented limitations, especially in planning. In the Performance dimension, Palmas achieved the best results, indicating greater effectiveness in transforming resources into social well-being, while Macapá and Porto Velho recorded the lowest indexes. The comparative analysis of IGM-CFA results allowed the identification of regional patterns and structural differences among municipalities. It is concluded that higher levels of governance are associated with a balance among the three analyzed dimensions. The IGM-CFA proves to be a relevant tool for diagnosis and support in public management.

Keywords: Municipal governance. Public management. IGM-CFA.

RESUMEN: El presente estudio analiza la gobernanza pública municipal en las capitales de la región Norte de Brasil, con base en el Índice CFA de Gobernanza Municipal (IGM-CFA), considerando las dimensiones Finanzas, Gestión y Desempeño. La investigación adopta un enfoque cualitativo, de carácter descriptivo y documental, fundamentado en datos secundarios extraídos de bases oficiales proporcionadas por el IGM-CFA. El objetivo principal es comprender cómo se configura la gobernanza municipal en estas capitales, identificando patrones, diferencias y debilidades, así como realizar la comparación de los resultados del IGM entre los municipios analizados. Los resultados evidencian disparidades significativas entre las capitales. En la dimensión Finanzas, Boa Vista presentó mayor equilibrio fiscal, mientras que Macapá, Belém y Porto Velho mostraron mayor fragilidad. En Gestión, Manaus se destacó por su alta capacidad administrativa, seguida de Palmas y Boa Vista, mientras que Belém y Macapá presentaron limitaciones, especialmente en la planificación. En la dimensión Desempeño, Palmas obtuvo los mejores resultados, evidenciando mayor efectividad en la conversión de recursos en bienestar social, mientras que Macapá y Porto Velho registraron los índices más bajos. El análisis comparativo de los resultados del IGM-CFA permitió identificar patrones regionales y diferencias estructurales entre los municipios. Se concluye que niveles más altos de gobernanza están asociados al equilibrio entre las tres dimensiones analizadas. El IGM-CFA se presenta como una herramienta relevante para el diagnóstico y el apoyo a la gestión pública.

Palabras clave: Gobernanza municipal. Gestión pública. IGM-CFA.

INTRODUÇÃO

A governança, enquanto campo de estudo, ganha relevância a partir do século XIX, especialmente com o fortalecimento da Administração Pública e a necessidade de organizar o

exercício do poder estatal de forma mais eficiente e legítima (United Nations, 2006). Nesse contexto, o Banco Mundial contribuiu de maneira decisiva ao definir governança como a forma pela qual o poder é exercido na gestão dos recursos econômicos, sociais e ambientais de um país, estruturada em pilares como a administração do setor público, o quadro legal, a participação social, a prestação de contas e a transparência (World Bank, 1992). De forma complementar, Jacobi e Sinisgalli (2012) ampliam o conceito ao enfatizar a governança como um conjunto de iniciativas, regras e processos que permitem à sociedade exercer controle social de maneira pública e transparente sobre o Estado e o mercado. Essa abordagem destaca a participação cidadã e do controle social como elementos essenciais para o alcance de objetivos coletivos, reforçando a ideia de que a governança depende da interação entre diferentes atores e instituições.

Ayres (2008) reforça essa perspectiva ao definir governança como o processo de interação entre instituições, pessoas e estruturas, por meio do qual responsabilidades são assumidas e decisões são tomadas. Tal definição evidencia que a governança se manifesta nas relações de poder e na forma como essas relações se articulam, tornando-se um fenômeno dinâmico e relacional. Câmara (1999) destaca que a governança se refere à maneira como a autoridade é exercida na gestão dos recursos de um país, com vistas ao seu desenvolvimento. Essa compreensão reforça o papel estratégico da governança na promoção de políticas públicas eficazes e sustentáveis. Araújo (2016) acrescenta que a governança envolve todos os setores das políticas públicas, como saúde, educação, infraestrutura e meio ambiente, evidenciando seu caráter transversal. Dutra (2017) exemplifica esse processo ao analisar o contexto das zonas rurais, onde participam da governança governos municipais, proprietários de terras, associações, cooperativas, organizações não governamentais e até lideranças religiosas. Tal diversidade de atores torna o processo complexo, exigindo articulação, cooperação e arranjos institucionais capazes de coordenar e regular as relações sociais, políticas e econômicas, incluindo tanto mecanismos formais quanto redes informais.

Por fim, o Banco Mundial (1997) estabelece critérios para avaliar a qualidade da governança, destacando a administração do setor público, o quadro legal, a participação, a accountability, a informação e a transparência. Contudo, a efetividade desses critérios depende da capacidade do Estado em implementá-los. Nesse sentido, Dutra (2017) alerta que fatores como a falta de capacidade técnico-operacional, o descontrole burocrático e o não cumprimento de metas comprometem a implantação das políticas públicas, reduzindo a capacidade

governamental e evidenciando os desafios estruturais que ainda limitam a consolidação de uma boa governança.

Atualmente, o gestor público passou a ser cada vez mais cobrado por resultados, tanto pelos órgãos de controle, quanto pela sociedade. Essa lógica de gestão orientada a resultados é relativamente recente no Brasil e está associada às reformas administrativas iniciadas nas décadas de 1980 e 1990, voltadas ao uso mais eficiente dos recursos públicos e ao atendimento das demandas sociais. Nesse contexto, a governança emerge como um modelo que articula atores governamentais e sociais, fortalece a participação e as parcerias e amplia a capacidade do Estado, especialmente no âmbito municipal, de planejar, implementar e gerenciar políticas públicas de forma eficiente, mesmo diante de restrições institucionais e desafios estruturais (Rita; Silva, 2020).

O estudo da governança municipal, portanto, é essencial para fortalecer a capacidade institucional dos governos locais, aprimorar a tomada de decisões e aumentar a efetividade das políticas públicas, contribuindo para o uso responsável dos recursos, a redução de desvios e a melhoria dos serviços públicos.

Nesse cenário, o Índice de Governança Municipal (IGM), desenvolvido pelo Conselho Federal de Administração, surge como uma ferramenta estratégica para avaliar a qualidade da governança nos municípios brasileiros, mensurando administração pública, transparência, participação social e eficiência na gestão de recursos. Ao transformar conceitos de governança em indicadores práticos, o IGM orienta gestores e cidadãos, identifica boas práticas e fortalece a accountability, promovendo uma gestão mais eficiente e participativa (IGM-CFA, 2025). O IGM contribui para a identificação e disseminação de boas práticas de governança, além de subsidiar gestores públicos no acompanhamento e na melhoria da gestão municipal (Rita; Silva, 2020).

Embora o tema da governança pública seja amplamente discutido na literatura, observa-se que ainda são incipientes os estudos que analisam de forma comparativa e integrada o desempenho da governança municipal nas capitais da região Norte do Brasil, especialmente a partir de indicadores sintéticos como o IGM-CFA. Tal lacuna é relevante, uma vez que essas capitais apresentam características específicas, como grandes extensões territoriais, desafios logísticos, desigualdades socioeconômicas e limitações estruturais que podem impactar diretamente a qualidade da gestão pública e a entrega de serviços à população. Nesse contexto, emerge o seguinte problema de pesquisa: como se configura a governança pública municipal nas

capitais da região Norte do Brasil, considerando as dimensões de finanças, gestão e desempenho avaliadas pelo IGM-CFA, e quais diferenças e padrões podem ser identificados entre esses municípios?

A justificativa deste estudo reside na importância de compreender como a governança se materializa em contextos regionais específicos, contribuindo para o aprimoramento da gestão pública local. Ao focar nas capitais da região Norte, o trabalho ganha relevância por evidenciar desigualdades regionais, apoiar a formulação de políticas públicas mais adequadas às realidades locais e subsidiar gestores na tomada de decisão. Além disso, o estudo contribui para o avanço acadêmico ao utilizar o IGM-CFA como ferramenta analítica, permitindo transformar dados em evidências que orientem práticas de governança mais eficientes, transparentes e orientadas a resultados.

Diante do exposto, este artigo tem como objetivo analisar de forma comparativa e integrada a governança pública municipal nas capitais da região Norte do Brasil, a partir dos resultados do Índice CFA de Governança Municipal (IGM-CFA), avaliando o desempenho das dimensões de finanças, gestão e resultados, bem como suas inter-relações, com o propósito de evidenciar potencialidades e disparidades regionais.

Para alcançar esse objetivo, o artigo está estruturado em quatro seções, além desta introdução. Na seção de métodos, descreve-se a abordagem qualitativa, descritiva e documental adotada, bem como a utilização de dados secundários provenientes do IGM-CFA. Em seguida, na seção de resultados, apresenta-se a análise das dimensões Finanças, Gestão e Desempenho, com base em dados comparativos entre as capitais da região Norte. Por fim, nas considerações finais, são discutidas as principais conclusões do estudo, destacando implicações para a gestão pública e possibilidades de pesquisas futuras.

MÉTODOS

Esta pesquisa possui caráter qualitativo, descritivo e bibliográfico. É qualitativa pois, Segundo Oliveira et al. (2020, p. 02), esse tipo de pesquisa tem como objetivo compreender questões específicas e singulares, demandando análises mais aprofundadas e descrições detalhadas para sua adequada interpretação. É descritiva, pois registra e descreve fatos sem interferência, buscando caracterizar populações ou fenômenos e identificar relações entre variáveis (Prodanov, 2013) e consiste em um estudo bibliográfico pois fundamenta-se em fontes

como livros, artigos científicos, periódicos, materiais impressos e textos disponíveis na internet (Santos; Lima, 2023).

Quanto aos dados, esta pesquisa utiliza dados secundários, ou seja, informações já existentes (Santos; Lima, 2023). Para o estudo da Governança Municipal, foi utilizado o Índice CFA de Governança Municipal (IGM-CFA) desenvolvido pelo Conselho Federal de Administração para avaliar a qualidade da governança e da gestão pública nos municípios brasileiros, o qual encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico <https://igm.cfa.org.br/>.

O índice IGM-CFA utiliza dados secundários de bases oficiais, assegurando padronização, comparabilidade e transparência, além de apoiar gestores, pesquisadores e a sociedade no acompanhamento do desempenho governamental local. O cálculo do IGM-CFA baseia-se na agregação de indicadores organizados em três dimensões centrais: Finanças, Gestão e Desempenho. Cada indicador é padronizado em uma escala de 0 a 10, considerando metas estatísticas definidas a partir do desempenho de municípios com características semelhantes (como porte populacional e renda). A dimensão Finanças reflete a capacidade fiscal e o equilíbrio orçamentário; a dimensão Gestão avalia aspectos administrativos, planejamento e controle; e a dimensão Desempenho mensura os resultados efetivos entregues à população. A média dessas dimensões resulta na nota final do índice, que sintetiza o nível de governança municipal e possibilita análises comparativas e subsidiárias à formulação de políticas públicas (IGM-CFA, 2025). No Quadro 01 são apresentadas as dimensões, seus indicadores e variáveis analisadas:

Quadro 01: Estrutura do IGM-CFA: Dimensões, seus indicadores e variáveis analisadas.

Dimensão	Objetivo	Indicadores	Variáveis
Finanças	Avaliar a capacidade fiscal e a sustentabilidade financeira dos municípios	Autonomia de receita, investimento, liquidez, equilíbrio previdenciário, gastos com pessoal, custo legislativo	Autonomia de receita; Investimentos; Liquidez; Gastos com pessoal; Equilíbrio previdenciário; Custo legislativo; Gasto per capita em saúde e educação
Gestão	Medir a capacidade administrativa e organizacional do	Recursos humanos, planejamento, transparência	Planejamento das despesas; Captação de recursos; Lei Geral MPE; Servidores per capita; Cargos comissionados; Disponibilidade das informações; CAUC

	governo municipal		(regularidade fiscal); Transparência
Desempenho	Verificar os resultados efetivos das políticas públicas	Educação, saúde, segurança, saneamento, meio ambiente, vulnerabilidade social	Mortalidade infantil; Cobertura da atenção básica; Cobertura vacinal; Abandono escolar; IDEB (5º e 9º ano); Taxa de distorção idade-série; Cobertura de creche; Taxa de homicídios; Mortes no trânsito; Acesso à água; Coleta e tratamento de esgoto; Vulnerabilidade social

Fonte: Elaborado a partir de IGM-CFA (2025).

Foram coletados os valores do GM-CFA para as capitais da região norte (Manaus, Belém, Porto Velho, Rio Branco, Macapá, Boa Vista e Palmas). Os dados foram organizados em planilha eletrônica, de modo a possibilitar sua sistematização e posterior análise comparativa.

Esse procedimento permitiu identificar diferenças, padrões e relações entre os indicadores, contribuindo para uma análise integrada da governança municipal na região norte.

RESULTADOS

A governança pública municipal é um sistema que integra governo, administração, sociedade civil e cidadãos, promovendo decisões participativas, transparentes e voltadas ao interesse público, com foco na redução das desigualdades e na melhoria do bem-estar social. Vai além da gestão, pois não se confunde com atividades administrativas específicas, mas representa uma forma mais democrática de governar, baseada no diálogo e na participação efetiva das partes interessadas (Paludo; Guimarães, 2025).

Na esfera pública, a governança atua para reduzir riscos de desvios, fraudes e interesses particulares, alinhando a administração aos objetivos coletivos e aproximando a prefeitura dos cidadãos. A aplicação de boas práticas de governança aumenta a confiança da população, garante maior integridade e transparência dos agentes públicos e contribui para resultados efetivos em áreas como saúde, educação e infraestrutura (Rede Governança Brasil, 2023).

A dimensão Finanças do IGM-CFA avalia a capacidade fiscal e a sustentabilidade financeira dos municípios por meio de variáveis que medem autonomia de receita, investimentos, liquidez, gastos com pessoal, equilíbrio previdenciário e custo legislativo, além do gasto per capita em áreas essenciais como saúde e educação. Essas variáveis permitem analisar se o município consegue gerir seus recursos de forma equilibrada, planejar

investimentos e manter a solvência fiscal, contribuindo para a transparência e a prestação de contas à sociedade (IGM-CFA, 2025).

A análise dos indicadores relacionados à dimensão Finanças do IGM-CFA (Tabela 01) revela diferenças significativas entre as capitais da região Norte. Boa Vista se destacou no desempenho geral na dimensão Finanças, apresentando bom resultado em equilíbrio fiscal e investimento *per capita*, além do custo legislativo nulo. Manaus registra bom desempenho fiscal, porém apresenta fragilidade significativa quanto ao investimento *per capita* e custo legislativo elevado. Macapá, Belém e Porto Velho apresentam os menores resultados gerais, com baixo equilíbrio previdenciário, baixo investimento *per capita* e maiores custos legislativos, evidenciando disparidades na sustentabilidade financeira entre as capitais da região Norte.

Tabela 01: Índice de Governança Municipal - Dimensão Finanças.

Capital	Finanças Geral	Indicadores			
		Fiscal	Investimento per capita	Equilíbrio Previdenciário	Custo Legislativo
Boa Vista	6,09	7,12	7,22	10	0
Manaus	5,81	8,83	0,61	7	6,81
Palmas	5,49	8,29	9,25	4,44	0
Rio Branco	5,49	6,99	4,06	10	0,93
Macapá	4,97	5	4,23	3,33	7,32
Belém	4,96	7,93	3,34	2,22	6,33
Porto Velho	4,45	4,51	1,85	4	7,42

Fonte: Elaborado a partir de IGM-CFA (2025).

Leite et al., (2022) em estudo realizado para analisar a eficiência financeira e a performance da gestão das capitais brasileiras com base nas Funções de Governo, utilizando indicadores de gestão pública municipal transformados em valores *per capita* para permitir comparações adequadas entre as 26 capitais no período de 2014 a 2019. Os autores identificaram que seis capitais (São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Curitiba, Belo Horizonte e Palmas) atingiram índices ideais de gestão fiscal. São Paulo, por exemplo, obteve o melhor índice entre as cidades, destacando-se por ter o maior PIB municipal do Brasil e elevada arrecadação, sendo uma das cidades mais ricas do mundo em 2010. Rio de Janeiro, Porto Alegre e Curitiba foram capitais com forte desempenho econômico e elevada movimentação financeira, além da

presença de grandes empresas nacionais no caso do Rio, que conta com empresas como Petrobras e Vale do Rio Doce. Segundo dados dos autores, quatro cidades obtiveram desempenho aceitável (Florianópolis, Cuiabá, Boa Vista e Teresina). A maioria das cidades, entretanto, permaneceu em situação de alerta ou crítica, caracterizada por baixa arrecadação e gastos elevados, sendo os piores resultados das capitais (São Luís, Goiânia, Macapá, Salvador, Belém, Maceió, Manaus). Os autores destacam a necessidade de ajuste fiscal como medida essencial para equilibrar as contas públicas e permitir que o município implemente as políticas públicas demandadas pela sociedade. Na análise do desempenho econômico-financeiro, as capitais mais eficientes foram Manaus, Campo Grande, Curitiba, Vitória e Fortaleza.

A dimensão Gestão se refere à capacidade administrativa e organizacional dos municípios, considerando variáveis como planejamento das despesas, captação de recursos, quantitativo de servidores, cargos comissionados, disponibilidade de informações públicas, cumprimento de normas legais e transparência. Essas métricas permitem avaliar se a administração pública atua de forma eficiente e responsável, garantindo que as decisões e ações estejam alinhadas com os princípios da governança e do interesse público (IGM-CFA, 2025).

Os resultados da dimensão Gestão são apresentados na Tabela 02. Manaus lidera na dimensão Gestão, com bons nos três indicadores da dimensão, indicando forte capacidade administrativa. Palmas e Boa Vista apresentam bom desempenho geral, especialmente em transparência, reforçando práticas de *accountability*. Rio Branco e Porto Velho mantêm resultados intermediários, com destaque para transparência e limitações no planejamento. Belém e Macapá registram os menores desempenhos em planejamento, evidenciando desafios na organização estratégica da gestão municipal.

A Governança pública é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle que orienta, monitora e qualifica as decisões do prefeito e da administração, promovendo uma gestão baseada em resultados, transparência, participação e eficiência. Enquanto a gestão cuida das atividades do dia-a-dia e da aplicação dos recursos, a governança assegura a qualidade do processo decisório, a economicidade e o alinhamento das ações às expectativas da sociedade. Sua implementação fortalece o planejamento, o monitoramento e o controle das políticas públicas, reduz a distância entre governo e cidadão e melhora a imagem institucional. Entre seus benefícios estão a modernização administrativa, redução de custos e burocracia, inovação, aumento de receitas sem elevar impostos, melhoria do gasto público e foco em eficácia, eficiência e efetividade (Rede Governança Brasil, 2023).

Tabela 02: Índice de Governança Municipal - Dimensão Gestão.

Capital	Gestão Geral	Indicadores		
		Colaboradores	Planejamento	Transparência
Manaus	8,74	8,59	7,95	9,65
Palmas	7,24	5	6,89	9,74
Boa Vista	7,09	5,63	6,19	8,92
Rio Branco	6,8	6,74	2,91	9,3
Porto Velho	6,73	4,27	6,01	10
Belém	6,59	8,23	3,24	8,63
Macapá	6,15	5,77	2,89	7,53

Fonte: Elaborado a partir de IGM-CFA (2025).

A dimensão Desempenho mensura os resultados concretos das políticas públicas, analisando variáveis como mortalidade infantil, cobertura vacinal, IDEB, acesso à água e esgoto e vulnerabilidade social. Essa dimensão evidencia se os recursos e a gestão municipal estão sendo efetivamente transformados em bem-estar social, melhoria da qualidade de vida e redução das desigualdades, refletindo diretamente a eficácia da governança pública local (IGM-CFA, 2025).

10

A partir da análise da Tabela 03, observa-se que Palmas apresenta o melhor resultado geral na dimensão Desempenho, com destaque em educação, saneamento, vulnerabilidade social e saúde, evidenciando maior capacidade de transformar gestão em resultados sociais. Boa Vista e Rio Branco registram desempenho intermediário, com pontos fortes específicos, como saneamento em Boa Vista e saúde em Rio Branco. Belém destaca-se em segurança, mas apresenta fragilidades significativas em saúde e Saneamento e Meio Ambiente. Manaus apresenta desempenho geral baixo nessa dimensão, especialmente em vulnerabilidade social, onde obteve resultado nulo. Macapá e Porto Velho registram os menores índices na maioria dos indicadores, revelando limitações estruturais na efetividade das políticas públicas.

Uma boa governança pública municipal é aquela que, respeitando as normas e princípios legais, organiza e fortalece a administração, envolve as partes interessadas e direciona ações para o interesse público, com transparência e foco em resultados. No setor público, tem alcance mais amplo que no privado, pois visa cumprir a missão institucional e promover o bem-estar

coletivo. Contudo, a governança não é um fim em si mesma, mas um meio para melhorar a gestão e alcançar resultados que beneficiem a sociedade (Paludo; Guimarães, 2025).

Tabela 03: Índice de Governança Municipal - Dimensão Desempenho.

Capital	Desempenho Geral	Indicadores				
		Educação	Saneamento e Meio Ambiente	Vulnerabilidade Social	Segurança	Saúde
Palmas	7,38	9,18	8,83	8,21	2,31	8,39
Boa Vista	5,83	5,13	9,67	5,83	3,46	5,04
Rio Branco	5,31	6,75	2,75	4,27	6,2	6,6
Belém	4,97	5,35	3,81	5,34	7,81	2,54
Manaus	3,88	5,39	4,03	0	3,61	6,36
Macapá	2,59	3,16	1,09	2,48	3,72	2,5
Porto Velho	1,9	2,3	0,08	0,14	1,59	5,38

Fonte: Elaborado a partir de IGM-CFA (2025).

A comparação dos resultados do IGM-CFA (Tabela 04) apresenta diferenças significativas entre os municípios nas dimensões finanças, gestão e desempenho. Palmas e Boa Vista se destacam no desempenho geral e na dimensão de gestão, o que reflete maior capacidade administrativa e efetividade na execução de políticas públicas, enquanto Manaus apresenta excelente pontuação em gestão, mas desempenho social mais baixo. Por outro lado, Porto Velho e Macapá apresentam fragilidade nas dimensões finanças e de desempenho, o que possibilita inferir que apesar dos esforços, a conversão de recursos em resultados concretos ainda é limitada, reforçando a importância de políticas integradas de governança municipal.

A Tabela 04 mostra que Palmas lidera o IGM-CFA, seguida por Boa Vista e Manaus, que se destacam em dimensões específicas. Rio Branco e Belém apresentam desempenho intermediário, enquanto Macapá e Porto Velho registram os menores índices. Em geral, os resultados indicam que o melhor nível de governança está associado ao equilíbrio entre Finanças, Gestão e Desempenho.

Tabela 04: Índice de Governança Municipal - IGM-CFA.

Municípios	IGM/CFA	Dimensões		
		Finanças	Gestão	Desempenho
PALMAS	6,71	5,49	7,24	7,38
BOA VISTA	6,33	6,09	7,09	5,83
MANAUS	6,14	5,81	8,74	3,88

RIO BRANCO	5,87	5,49	6,8	5,31
BELÉM	5,5	4,96	6,59	4,97
MACAPÁ	4,57	4,97	6,15	2,59
PORTO VELHO	4,36	4,45	6,73	1,9

Fonte: Elaborado a partir de IGM-CFA (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, os dados demonstraram que poucas capitais conseguem alcançar alto desempenho simultâneo em Finanças, Gestão e Desempenho. Os melhores resultados estão associados ao equilíbrio entre responsabilidade fiscal, capacidade administrativa e efetividade das políticas públicas, reforçando que a boa governança depende da articulação consistente entre essas três dimensões. O estudo demonstra que o IGM-CFA é um instrumento relevante para diagnóstico da governança municipal, ao permitir identificar pontos críticos e potencialidades. Nesse sentido, seu uso estratégico pode contribuir para o aprimoramento do planejamento, da alocação de recursos e do fortalecimento da governança pública local.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, P. L. de A. **Indicadores de governança ambiental: uma abordagem sobre a disponibilização de informações e instrumentos de gestão.** InterfacEHS – Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade, 11(1), 93-106, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2016/06/8.11.1.pdf>. Acesso em: 20/01/2026.

AYRES, I. G. S. S. **A construção da governança ambiental nos municípios brasileiros: o caso de colinas do Tocantins (TO).** 2008. 113 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2008.

CÂMARA, L. M. **Análise das Relações Intergovernamentais no Contexto do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA: um estudo dos condicionantes do relacionamento entre as instâncias estadual e municipal de governo.** 1999. 173 f. Tese (Doutorado em Administração de Empresas). Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 1999. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace;handle/handle/10438/4593?show=full>. Acesso em: 20/01/2026.

CONSELHO Federal de Administração (CFA) (2025). **Índice CFA de Governança Municipal (IGM-CFA).** Disponível em: <https://igm.cfa.org.br/>. Acesso em: 07/02/2026.

CONSELHO Federal de Administração (2025). **Metodologia do Índice CFA de Governança Municipal (IGM-CFA)**. Disponível em: IGM-CFA. <https://igm.cfa.org.br/metodologia/>. Acesso em: 20/01/2026.

DUTRA M. J. L. **Governos locais para a boa governança ambiental**. 2017. 242 p. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas. Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. Manaus, 2017.

JACOBI, P. R.; Sinisgalli, P. A de A. **Governança ambiental e economia verde**. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(6), 1469-1478, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/DBXxLJvGdZr8yLLMbYms8ym/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02/02/2026.

LEITE, M. D. S., Feitosa, M. O., da Silva, A. H., Soares, V. A. A., Silva, G. I. C. M., Victor, J. T. da S., Pessoa, M. F., Bandeira, P. S. R. de S., Gomes, R. C., Pereira, E. H. B., Teixeira, M. R. B., Marques, A. T., de Meneses, H. R. F., Varandas, R. P., Soares de Belchior, S. M., Azevêdo Santos, K. L., & de Oliveira, S. N. (2022). **Efficient financial management of Brazilian capitals: A study from the perspective of government functions**. *Research, Society and Development*, 11(6), e16311628134. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/28134>. Acesso em: 14/02/2026.

MOURA, A. M. M. de. **Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2016.

OLIVEIRA, G. S.; Cunha, A. M. O.; Cordeiro, E. M.; Saad, N. S. Grupo Focal: uma técnica de coleta de dados numa investigação qualitativa? In: *Cadernos da Fucamp, UNIFUCAMP*, v.19, n.41, p.1-13, Monte Carmelo, MG, 2020.

PALUDO, A. V., & Guimarães, I. A. (2025). **Governança pública municipal na administração e gestão**. *Contribuciones a Las Ciencias Sociales*, 18(4), Article e16788. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/revconv.18n.4-056> . Acesso em: 20/01/2026.

PRODANOV, C. C., & Freitas, E. C. (2013). **Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico (2ª ed.)** [recurso eletrônico]. Universidade Feevale. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 13/02/2026.

REDE Governança Brasil (2023). **Governança pública municipal: Transformando sua administração (3.ed.)**. Salvador, BA: Editora Mente Aberta. Disponível em: <https://conhecimento.igcp.org.br/wp-content/uploads/2023/11/GOVERNANCA-PUBLICA-MUNICIPAL-TRANSFORMANDO-SUA-ADMINISTRACAO.pdf>. Acesso em: 25/01/2026.

RITA, L. P. S; Silva, M. M. (2020). **Governança municipal: Uma análise de Maceió no IGM-CFA**. *Caderno de Administração*, 14(2), 71-80. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/caadm/article/view/47901>. Acesso em: 20/02/2026.

SANTOS, A. A. de S., & Lima, E. N. de A. (2023). **Capítulo I: Tipos de pesquisas científicas e estudos epidemiológicos.** IN: Tako, K. V., & Kameo, S. Y. (Orgs.). (2023). Metodologia da pesquisa científica: Dos conceitos teóricos à construção do projeto de pesquisa [PDF]. Amplla Editora. Disponível em: <https://ampllaeditora.com.br/books/2023/03/MetodologiaPesquisa.pdf>. Acesso em: 13/02/2026.

UNITED Nations. Economic and Social Council. **Definition of basic concepts and terminologies in governances and public administration.** Committee of Experts on Public Administration (fifth session). New York, 27-31 march 2006. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/566603/?v=pdf&ln=ru>. Acesso em: 07/02/2026.

WORLD Bank. **Chapter 12. governance and management.** In: Global Evaluations. Sourcebook, 2007. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/580421468332070197/pdf/483940PUBoIEGoioBox338903BoiPUBLIC1.pdf>. Acesso em: 07/02/2026.

WORLD Bank. World Development Report. **1992: development and the environment.** 1992. Washington, DC.